

PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER Nº \_\_\_\_\_/2011

Assunto: Projeto de Lei nº 004/2011

Trata-se de parecer ao Projeto de Lei nº 004/2011, de autoria do Vereador Paulo Roberto Pereira, que torna obrigatória a afixação de placas com dias e horários de atendimentos médicos nos Postos de Saúde.

A Lei Orgânica do município estabelece em seus artigos 227 a 234 as normas referentes à saúde no município, tais como a regulamentação e funcionamento. O artigo 228, Inciso III preceitua:

**“Art. 228 - O Município garantirá o direito à saúde mediante:**

**III - direito à obtenção de *informações e esclarecimentos* de interesse da saúde individual e coletiva, assim como as atividades desenvolvidas pelo sistema;”**

Ainda em seu artigo 229 preceitua que *“as ações e os serviços de saúde são de relevância pública, cabendo ao município dispor sobre sua **regulamentação**, fiscalização e controle.”*

Além disso, o artigo 232, Inciso IV diz:

**“Art. 232 - O Município exercerá, no âmbito de sua atuação e em regime de responsabilidade solidária e articulação funcional, as seguintes atribuições:**

**IV - autorização para instalação, *funcionamento* e aplicação dos serviços municipais de saúde;”**

Como já se explicitado acima, já é dever do município informar e esclarecer os munícipes sobre as ações voltadas na área da saúde, sendo que o horário de funcionamento dos médicos nos Postos de Saúde, assim como o horários dos funcionários e dos próprios postos de saúde devem ser de conhecimento da população.

Entendo, s.m.j. desta r. Comissão, que o projeto, sem entrar em seu mérito, invade esfera de competência ao obrigar o município a fazer algo que já é de sua alçada, nos termos do artigo 55, § 3º Inciso III da Lei orgânica do Município, ao *“criar atribuições dos órgãos da Administração Direta”*, sendo que o mesmo deveria vir sob forma de indicação ou de requerimento ao Alcaide local.

A proposição, portanto, apresenta vício de iniciativa, mostrando-se **ilegal**, face às normas vigentes, não podendo prosperar quanto a sua regular tramitação e apreciação pelo Egrégio Plenário.

É o parecer.

Paraguaçu Paulista, 14 de Fevereiro de 2011

Mario Roberto PLazza  
Procurador Jurídico

